

Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, na sua atual redação:

1 — Delego no presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Fernando José Guimarães Freire de Sousa, a competência para autorizar a realização de empreitadas de obras públicas no município de Castelo de Paiva, no âmbito do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/2017, de 14 de novembro, até ao montante de € 850.000 (oitocentos e cinquenta mil euros).

2 — A delegação de competências referida no número anterior abrange a autorização de despesas e respetivos pagamentos, bem como a competência para a decisão de contratar e as demais competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar.

3 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

16 de janeiro de 2019. — O Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

311989502

## Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

### Aviso n.º 1319/2019

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, é constituída a Comissão Consultiva da segunda Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso, que integra um representante das seguintes entidades e/ou serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a qual preside;

Direção-Geral do Território;  
Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Norte;

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas;  
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;  
Direção Regional da Cultura do Norte;  
Infraestruturas de Portugal, S. A.;  
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I. P.;  
Instituto de Mobilidade e dos Transportes, I. P.;  
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.;  
Turismo de Portugal, I. P.;  
Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;  
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;  
Direção-Geral de Energia e Geologia;  
Redes Energéticas Nacionais;  
Autoridade Nacional de Proteção Civil;  
Autoridade Nacional de Comunicações;  
Autoridade Nacional de Aviação Civil;  
Assembleia Municipal de Santo Tirso;  
Câmara Municipal de Santo Tirso;  
Câmara Municipal de Guimarães;  
Câmara Municipal de Lousada;  
Câmara Municipal da Maia;  
Câmara Municipal de Paços de Ferreira;  
Câmara Municipal da Trofa;  
Câmara Municipal de Valongo;  
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão;  
Câmara Municipal de Vizela.

4 de janeiro de 2019. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, *Fernando Freire de Sousa*.  
611959005

## Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

### Aviso n.º 1320/2019

Por despacho de 04-01-2019, do Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, é constituída a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal do Cadaval, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, sendo presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e integrando um representante das seguintes entidades e serviços:

Câmara Municipal do Cadaval;  
Assembleia Municipal do Cadaval;

Câmara Municipal de Alenquer;  
Câmara Municipal de Azambuja;  
Câmara Municipal do Bombarral;  
Câmara Municipal de Caldas da Rainha;  
Câmara Municipal de Lourinhã;  
Câmara Municipal de Rio Maior;  
Câmara Municipal de Torres Vedras;  
Autoridade Nacional de Proteção Civil;  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;  
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;  
APA — Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;  
Direção Geral de Energia e Geologia;  
IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;  
Turismo de Portugal, I. P.;  
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;  
Infraestruturas de Portugal, S. A.;  
Direção-Geral do Património Cultural;  
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

O presente despacho revoga o de 21 de janeiro de 2013, do Presidente da CCDR LVT, publicado pelo Aviso n.º 1348/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, a 29 de janeiro de 2013.

9 de janeiro de 2019. — O Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto*.

611970167

## AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

### Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

#### Despacho n.º 867/2019

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual designo, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição, como Chefe de Divisão de Investimento na Agricultura e Pescas, o licenciado António Manuel Costa de Almeida.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respetivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2019, inclusive.

2 de janeiro de 2019. — O Diretor Regional, *José Nuno de Lacerda Fonseca*.

#### Nota Curricular

António Manuel Costa de Almeida  
Data de nascimento: 13 de janeiro de 1973  
Licenciatura em Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa 1997  
Desde janeiro de 2011 Técnico Superior na Divisão de Agricultura e Pescas da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), exercendo funções de analista de candidaturas e de pedidos de pagamento dos Programas PROMAR e MAR2020, coordenação da equipa do PROMAR de 2011 a abril de 2013, acompanhamento de auditorias, análise de relatórios finais das candidaturas ao PROMAR;

De outubro de 2008 a dezembro de 2010 Técnico Superior na Delegação Regional do Oeste da DRAPLVT, exercendo funções de analista de candidaturas e de pedidos de pagamento dos Programas PROMAR, acompanhamento de auditorias, análise de relatórios financeiros das candidaturas do Programa MARE;

De janeiro de 2008 a outubro 2008 Técnico Superior na Divisão de Apoio Investimento na Agricultura da DRAPLVT, exercendo funções de analista de pedidos de pagamento dos Programas MARE e AGRO e análise de relatórios financeiros das candidaturas do Programa MARE;

De abril de 2007 a dezembro de 2007, Técnico no IFAP, exercendo funções de analista de pedidos de pagamento dos Programas MARE e AGRO, acompanhamento de auditorias, análise de relatórios financeiros das candidaturas do Programa MARE e AGRO;

De março de 1999 a abril de 2007, técnico no IFADAP, exercendo funções de analista de candidaturas e pedidos de pagamento dos Programas PROPESCA, ICPECA, MARE, PAMAF, AGRO e AGRIS,